

# Sarney aceita parlamentarismo puro

Para ele, o sistema exige voto distrital e dissolução da Câmara



Final da tarde: Cid Carvalho, José Ulisses e Bonifácio retornam ao Alvorada

## Grupo vai duas vezes ao Alvorada

Os defensores da implantação gradual do sistema parlamentarista do governo estiveram duas vezes ontem no Palácio da Alvorada: pela manhã, com o deputado Sarney Filho (PFL-MA), e à tarde, com o presidente Sarney, Saulo Queiroz (MS), secretário-geral do PFL, Cid Carvalho (PMDB-MA), Heráclito Fortes (PMDB-PI), José Ulisses (PMDB-MG), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) e Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) defenderam junto ao Presidente uma fórmula que lhe assegure o mandato de seis anos e lhe retire gradualmente os poderes de chefe do Governo.

A fórmula, contida em emenda do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), permite a Sarney em 88 indicar um primeiro-ministro, a quem pode demitir. A partir de 89, o Congresso poderá derrubar o ministro por "quorum" de dois terços. Em 90, o primeiro-ministro adquire plenos poderes e o Presidente da República (Sarney estará no último ano de mandato) passa a ter função apenas de chefe de Estado.

Após deixar o Palácio da Alvorada por volta de 12 horas, o grupo parlamentarista estava confiante num acordo. Segundo Cid Carvalho, o deputado Sarney Filho estava sensibilizado para a proposta e, de outro lado, o deputado Ulisses Guimarães, presidencialista histórico, se tornou um importante negociador da fórmula parlamentarista junto ao Presidente. Pela manhã, enquanto Sarney recebia Ulisses e o líder Carlos Sant'Anna, os parlamentaristas, em outra sala do Alvorada, conversaram com Sarney Filho.

O líder Carlos Sant'Anna ontem já não estava tão inflexível na defesa do presidencialismo. O senador Afonso Arinos, até então descrente num acordo, ontem via possibilidades de entendimento.

## O filho do Presidente foi o canal

O deputado Sarney Filho (PFL-MA) foi quem levou ao Presidente da República, seu pai, o grupo que defende a adoção do parlamentarismo, através de uma fórmula gradual. Foi "Zequinha", como é conhecido, entre amigos e colegas constituintes, quem conseguiu o encontro que o Presidente rejeitaria, nos últimos dias.

Com trinta anos, o segundo mandato de deputado federal e o projeto político de governar o Maranhão no futuro próximo, Sarney Filho ficou popular em abril de 1984, quando votou a favor da eleição direta para Presidente da República contra a posição de seu pai, então presidente do PDS. Hoje, ele invoca aquele momento para assegurar o diálogo entre o presidente Sarney e os parlamentaristas, seus principais adversários.

— Estou sempre disposto a evoluir. A prova disso é que eu votei nas diretas para Presidente. Acho a proposta de vocês muito boa — disse ele ontem ao grupo de sete parlamentares com quem discutiu a implantação gradual do novo sistema de Governo.

Circulando com facilidade junto às várias correntes do PMDB, partido para o qual já teria se transferido não fossem os apelos do pai, Zequinha tem funcionado, em episódios específicos, como um interlocutor mais produtivo do que os canais formais de articulação política com o Presidente. No caso do parlamentarismo, além disso, ele conversa muito bem com um dos líderes do grupo, Cid Carvalho, seu amigo pessoal, conterrâneo e peça importante no acordo que resultou na eleição de Epitácio Cafeteira para o governo do Maranhão.

Ou seja, ambos têm experiência tanto de Sarney quanto da oposição ao Presidente.

## LEONARDO MOTA

### É só hoje

O Governo tem até hoje para definir a questão do sistema de governo, e nas conversações que o presidente Sarney vem mantendo desde ontem, e que serão intensificadas no correr desse domingo, está sendo cada vez mais percebida a gravidade da situação que leva a um enfrentamento das forças no plenário da Constituinte já que não há mais sinais de um consenso das lideranças para modificar o que fatalmente constará amanhã no substitutivo do relator: o parlamentarismo.

Hoje o Presidente terá ao seu lado para avaliação o senador Marco Maciel, que vem de uma semana fora do País. Fora do eixo das pressões, o presidente do PFL com sua viagem à Alemanha tenha trazido ao Presidente da República uma visão de que aceitar o parlamentarismo não é tão feio assim, pois este sistema funcionou naquele país destrocado por duas guerras mundiais nesse século. Mas o Presidente permanece na sua disposição de lutar até o fim pelo presidencialismo, pois sabe que as convicções dogmáticas pouco importam agora, mas sim a "realpolitik", pois o parlamentarismo, com sua versão cotidiana, desagradou aos militares.

Sarney se arrisca a ter que lutar no plenário da Constituinte contra um fato consumado pelo substitutivo do relator Bernardo Cabral, e que dificilmente seria mudado no plenário, mesmo se levando em conta todo o poder de mobilização da Presidência da República. Há um sentimento de impasse no ar, mesmo porque o deputado Ulysses Guimarães já fez sua advertência na qual se lê sem erro que o PMDB não dará lastro ao Presidente da República se isso depender de a bancada fechar questão contra os interesses da maioria.

Resta ao Presidente brigar solitariamente, pois é tarde demais para formar uma base de sustentação alternativa.

O presidente Sarney — dizem no entanto alguns de seus amigos — há quem pense que não está assim tão infenso ao parlamentarismo. Esteja tentando colocar a questão numa escala de negociação com dignidade, para que não seja irremediavelmente ferido seu contrato de poder. Caso tivesse aceito de início a tendência Arinos pelo parlamentarismo, teria cometido um gesto de fraqueza, entregando o poder prematuramente e declarando a ingovernabilidade do poder civil. O Presidente se articula numa aguda linha de risco. Talvez seja por isso que o ministro Aluizio Alves, que não seria tão inexperiente para fazer isso, distribuiu aos constituintes — remetendo a seus escaninhos — publicações em defesa do sistema parlamentarista.

O presidente José Sarney declarou a um grupo de parlamentaristas e ao chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, em encontro de mais de uma hora no Palácio da Alvorada, no final da tarde, que não se negará a participar de um movimento para a implantação de um regime parlamentarista sério no Brasil, isto é, com a dissolução do Parlamento e voto distrital, se esta for a vontade da maioria dos integrantes da Assembleia Nacional Constituinte.

Participaram do encontro com o Presidente da República, na biblioteca do Palácio da Alvorada, os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), José Ulisses (PMDB-MG), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Heráclito Fortes (PMDB-PI), Saulo Queiroz (PFL-MS), secretário-geral do PFL, Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) e o deputado Sarney Filho, com quem o mesmo grupo havia almoçado no Alvorada.

### A CONVERSA

O presidente José Sarney disse que, se a implantação do parlamentarismo representar uma decisão da maioria da Constituinte, será necessário dotar o novo regime com os mecanismos sérios e eficazes capazes de dar ao País uma forma de governo responsável.

Antes que Sarney falasse, o seu filho, deputado

Zequinha Sarney, manifestou sua concordância com a fórmula de implantação gradual do regime parlamentarista, argumentando que se tratava de uma fórmula que convinha ao interesse nacional e ao Presidente da República.

Ao falar, o Presidente disse que recebeu várias propostas, inclusive a que foi preparada pelo professor Miguel Reale Júnior e que conta com apoio de Ulysses Guimarães. Todos contestaram a informação, enquanto o deputado Heráclito Fortes dizia claramente que tudo quanto "vinha de fora" era repellido pela maioria.

O Presidente ponderou que se tratava de uma mudança muito séria, de grande complexidade e que, para chegar a isso, era necessário dar uma clara demonstração de que havia seriedade na proposta. Insistiu em que será preciso mostrar que não será um remendo de regime, mas uma forma de governo com os instrumentos indispensáveis para superar crises — como a dissolução do Parlamento e o voto distrital misto.

O Presidente mostrou-se constrangido com a fórmula gradualista que lhe confere seis anos de mandato, dizendo preferir que ele se ajustasse aos cinco anos de mandato que ele deseja. Os parlamentaristas presentes afirmaram que o sexto ano não lhe pertence, uma vez que seria nele que se implantaria o parlamentarismo em sua plenitude.

Sarney disse que, no Palácio do Planalto, mesmo com os seus assessores mais íntimos, nunca conversou em profundidade sobre forma de governo. A primeira conversa em que analisou em profundidade o problema foi com o deputado Cid Carvalho, no início da semana passada. Ao final da reunião, Sarney disse que, se sentir que a maioria da Constituinte quer o parlamentarismo e que a fórmula adotada é séria, assumirá uma posição de realce no esforço para a implantação do novo regime no Brasil.

Diante do sinal verde aberto pelo Presidente da República, mais de trinta constituintes parlamentaristas de vários partidos reuniram-se à noite de ontem (a partir das 21 horas) no apartamento do deputado Alenci Guerra (PFL-PR). Os deputados Cid Carvalho, Joaquim Bevilacqua e Bonifácio de Andrada afirmavam que, diante do sucesso do entendimento com Sarney, "podemos garantir, por baixo, que temos garantidos 55 votos na Comissão de Sistematização".

O deputado Bernardo Cabral, que esteve com Sarney até 21 horas e também participou da reunião em seguida, colocará a solução permanente (emenda Nelson Carneiro) no texto de seu projeto e a solução gradual (com seis anos de mandato) no Capítulo das Disposições Transitórias.

## Ulysses influenciou para abertura do diálogo

O presidente José Sarney está disposto a aceitar uma fórmula de sistema de governo que leve a um entendimento, desde que lhe sejam asseguradas as condições de governar e administrar o País, informou ontem o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, depois de um encontro de uma hora e meia com Sarney, no Palácio da Alvorada. Ele saiu de lá às 12h30.

Embora Sarney tenha lhe dado sinais de que deseja um entendimento sobre o sistema de governo, Ulysses não quis revelar qual a fórmula em discussão que mais agrada ao Presidente. Perguntado se Sarney está disposto a aceitar a adoção gradual do parlamentarismo — o novo sistema só vigoraria no último ano de seu governo —, Ulysses limitou-se a afirmar:

— O presidente José Sarney se preocupa essencialmente com a governabilidade do País. Há de ser uma fórmula que assegure a governabilidade e a administração da Nação. Os entendimentos continuam na busca desta fórmula, mas ainda não se chegou a

uma definição neste sentido.

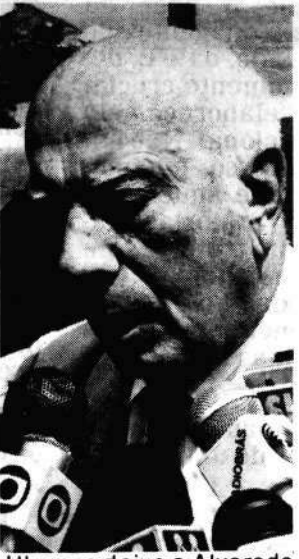
Ulysses disse que teve com o presidente Sarney uma "conversa detalhada" sobre o atual estágio da Constituinte, quando o relator, deputado Bernardo Cabral, prepara seu substitutivo a ser discutido no âmbito da Comissão de Sistematização. Segundo Ulysses, o presidente Sarney es-

tá participando do esforço para se chegar a um entendimento em todos os assuntos, sobretudo os mais polêmicos.

O presidente da Constituinte voltou a afirmar que, no seu entender, há um equilíbrio de forças entre os que defendem o parlamentarismo e o presidencialismo, mas admitiu que a tendência parlamentarista é preponderante entre os constituintes.

— As informações que tenho, que não são ainda precisas, de parlamentar para parlamentar, é no sentido de que há um grande equilíbrio de forças. E certo que há uma certa preponderância a favor do parlamentarismo mas, na verdade, existe um equilíbrio.

Enquanto Ulysses Guimarães conversava com Sarney, em outra sala do Palácio da Alvorada o filho do presidente, deputado Sarney Filho, recebia seis deputados que defendem a implantação do parlamentarismo de maneira gradual no País. Antes de Ulysses, Sarney teve também um contato com o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna.



Ulysses deixa o Alvorada

## Ari Cunha

VISTO, LIDO E OUVIDO

## Brasil está vivendo duas guerras civis

Está espantoso o noticiário policial do Rio de Janeiro. A cada dia que passa, mais e mais bandidos aparecem mortos, amarrados, com tiros no rosto. São de três a quatro por dia, quando não há chacina. A polícia invade o morro, prende, proibe, mas a luta entre quadrilhas e toxicômanos não cessa nunca. A disputa por pontos de venda de tóxico já se tornou um metralhar constante, com mortes todos os dias.

E uma guerra civil. No norte de Goiás e sul do Pará, o campo está pegando fogo. Fazendeiros se armam e contra-tam jagunços, posseiros são mortos, quando não matam também. Não há um dia sem registro de morte. A expectativa e a insegurança são uma constante.

E outra guerra civil. Está na hora de vivermos em paz.

CONSTITUIÇÃO — Se para se fazer uma Constituição é preciso haver entendimento, barganha, e os responsáveis terem que fugir dos curiosos para trabalhar em sossego, não se pode esperar boa coisa no final. É provável que, um ano depois de promulgada, ou antes, a nossa Constituição venha a receber as primeiras emendas. E que estão querendo fazer uma Constituição para hoje, quando o bom-senso entende que Constituição é feita para o futuro.

SECA — Brasília possui, hoje, grandes reservatórios d'água e apresenta microclima pior do que em 1959 quando não havia nada. Os campos de soja destruíram o cerrado e hoje estão mostrando o mal que fizeram não preservando parte da natureza.

SOCIAL — Quem aniversaria hoje é o ministro Marcelo Pimentel, presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Culto, pela convivência permanente com os livros dos grandes mestres, integro por obrigação e formação natural, e cavalheiresco pelo trato polido que dedica a todos, recebe o abraço dos amigos que são muitos.

SALARIOS — Os industriais de São Paulo voltam a defender maiores salários para os trabalhadores. Ao tempo do Cruzado I, quando a CUT e a Fiesp defendiam os mesmos ideais, as coisas não deram certo. Estão ameaçando agora com o filme que todo o Brasil viu e não gostou.

AUMENTO — Não se pode aceitar que os serviços públicos como energia e telefones aumentem por volta de cinco por cento, e as empresas aéreas queiram aumento de vinte por cento. Nos dias atuais não é mais possível tamanho abuso.

CUSTOS — Um amigo meu vai fazer um tratamento de câncer de 40 dias no Memorial Hospital de Nova Jorque, e o orçamento foi, ao câmbio negro, de seiscentos mil cruzados. Outro amigo, menos afortunado, entrou politraumático na Clínica Santa Mônica, em Goiânia, durante 14 dias, e teve que pagar 190 mil da UTI e 810 mil de honorários médicos. A diferença é que o tratamento de Nova Jorque vai custar seiscentos mil, e o de Goiânia custou um milhão de cruzados. E certo que os médicos de Nova Jorque podem não ser tão bons quanto os goianos, mas é visível que o hospital e o equipamento, lá, são bem melhores.

TRIO PORNO — Uma carta do chefe de gabinete da Ceplac, Gilberto Nobre, esclarece que o trio pornô que eu vi em Ilhéus outro dia, não estava subvencionado pela Ceplac, o que é uma boa notícia. Afinal, uma instituição tão correta não poderia participar daquele evento, embora o trio elétrico levasse a inscrição de "Festa do Cacau". Foi daí o engano, já que tudo que diz respeito ao cacau provém da Ceplac.

## CONSTITUINTES:

### O ESTADO DO TOCANTINS É INEGOCIÁVEL

"Todo poder emana do povo e com ele é exercido" (Parágrafo Único do Art. 1º da Nova Constituição).

A se confirmarem as informações veiculadas na imprensa de que nem mesmo a criação do Estado Tocantins será incluída no anteprojeto do relator Bernardo Cabral, da Comissão de Sistematização, o povo norteense não conseguirá entender as razões que levaram os 559 constituintes a debaterem, durante seis meses, um projeto de Constituição. Afinal, ao votar o novo Estado, sob o argumento de contenção do déficit público, a Constituinte começa por tornar letra morta o parágrafo único de seu Artigo 1º, ao atropelar a vontade soberana de todo o povo do Tocantins.

Os norteenses não aceitarão, em hipótese alguma, esse esbulho e vão reagir com a firmeza de sempre, pois não se brinca com uma luta de 178 anos. No momento em que o Presidente da República vetou por duas vezes o projeto do Congresso Nacional criando o novo Estado, ele estava indiretamente delegando poderes para o Congresso Constituinte aprová-lo. Mas o Congresso insiste em não ser soberano. Nem representar a vontade do povo.

Em não aprovando a criação do Estado do Tocantins, a Constituinte certamente terá dificuldade para convencer o povo de que não passou de encenação o exaustivo trabalho das Sub-Comissões, das Comissões Temáticas que, por vários meses, ouviram os mais diversos segmentos da sociedade goiana sobre o projeto. E o povo questiona: de que valeu o apoio da emenda popular, com 75 mil assinaturas? O apoio do Governador Henrique Santillo, do Ministro Iris Rezende, da Bancada Federal de todos os partidos e dos 41 deputados estaduais? De que valerem as assinaturas de 60 prefeitos e 800 vereadores da região, além de dezenas de entidades de classe? Onde está a palavra do Presidente Sarney, do relator Bernardo Cabral e das lideranças partidárias da Constituinte, que se comprometeram com a causa do Tocantins?

Uma pesquisa do Governo goiano constatou que 97% dos norteenses querem a divisão e 87% em todo o Estado de Goiás. Num levantamento da CONORTE, 87% dos Constituintes também mostraram-se favoráveis à criação do Tocantins. Como se vê, já não é só a vontade dos goianos, mas o reconhecimento de todo o País.

Portanto, o povo norteense vem, através desta nota oficial, reiterar aos Constituintes que chegou a hora de sua independência. Não dá para esperar mais. Afinal, com a expectativa criada na região, os recursos públicos para investimento, que já eram reduzidos, estão minguando ainda mais. De cada 100 unidades de investimentos estatal em Goiás, apenas 10 se destinaram ao Norte-Nordeste do Estado. Dos C\$ 21,2 milhões investidos no Estado, no setor educacional, no período 83/85, só 25,8% beneficiaram a região da amazônia goiana. No setor de saúde, o Norte-Nordeste foi beneficiado, no mesmo período, com apenas 3,6%. No setor de energia, 6,2%. Na área habitacional, só 8,6% dos recursos chegaram ali, apesar da região representar 20% da população goiana, deter 20% da produção agropecuária e 25% dos municípios do Estado.

Face a um quadro tão desolador como este, a CONORTE, entidade que há seis anos apóia a luta bicentenária pela criação do novo Estado, não pode se omitir diante de um momento tão decisivo como este. E reafirma, portanto, sua disposição de lutar até a vitória final pela causa que abraçou.

Presidente José Sarney, presidente Ulysses Guimarães, deputado Bernardo Cabral, Senhores Constituintes: a CONORTE entende, por fim, que o "déficit público", para o qual a região não contribuiu, não pode servir de argumentação para eternizar o atraso, a pobreza e a dependência da nossa região.

Conorte  
Comissão de estudo  
dos problemas  
do norte goiano

Região Geo-Econômica do Tocantins e  
Araguaia, além do Paralelo 13  
CLS 404 - Bloco D - Loja 17 - Brasília - DF  
Tel: (061) 273-2090 - 224-3304

# Philips

# Jumbo

Preço baixo em alto e bom som.

11.869,

jumbo  
ELETRÔ

SEMPRE PERTO DE VOCÊ  
LAGO SUL, CNB W3, 502 e 516 TAGUATINGA

VALIDADE ATÉ 19-09-87 OU ENQUANTO DURAR O ESTOQUE